

Ass. Conit - GERAL

O ESTADO DE S. PAULO — Segunda-feira, 21-7-86

JORNAL DA TARDE

POLÍTICA

Nova Constituição e tecnologia

Eleições por computadores, plebiscitos sistemáticos e uma democracia direta, ou eletrônica. O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, vai trabalhar junto ao presidente José Sarney e ao novo Congresso para que a Assembleia Nacional Constituinte, a ser instalada em oito meses, tenha como prioridade as questões sociais, econômicas e políticas que o Brasil enfrentará com a atual revolução tecnológica: questões como a liberdade individual e a privacidade do cidadão; o poder do Estado; a independência tecnológica e a reserva de mercado; e, principalmente, a atualização do poder representativo do Congresso Nacional.

"Queremos uma Constituinte voltada para o terceiro milênio", declarou ao *Jornal da Tarde* o ministro Maciel. "Espero que a Comissão Constituinte aborde esses novos temas. Caso contrário, vamos trabalhar por eles. A Constituinte deve ser marcada pela discussão dos novos temas", completou.

Marco Maciel está lançando uma idéia que tanto pode encontrar consenso junto aos partidos como criar polêmica junto aos mais radicais. Isso porque alguns

A tese é de Marco Maciel: ele quer uma Constituinte que considere a revolução tecnológica.

setores da esquerda ainda resistem ao uso indiscriminado das novas tecnologias, pregando a idéia de que primeiramente sejam resolvidos os problemas sociais, da fome e miséria. Mas junto com a reforma agrária e a ingerência do Estado na economia e suas obrigações sociais, as novas tecnologias deverão ser um dos principais temas da Constituinte.

Maciel argumenta que a atual sociedade industrial está sendo suplantada por uma nova, ainda não definida, na medida em que são difundidas as novas tecnologias de informática, engenharia genética e espacial. "Quem não souber manipular um computador, por exemplo, será uma espécie de analfabeto", divaga o ministro.

O ministro lembra que a formação dos estados-nações e o crescimento das cidades tornou inviável a democracia direta, aos moldes

dos gregos antigos. A atual democracia representativa, com parlamentares e a separação dos três poderes, surgiu com a sociedade industrial.

Ele acredita que o Brasil possa adotar um "meio termo" entre as democracias direta e representativa após a difusão dos computadores na sociedade. "Hoje um plebiscito demora um ano para ser reparado, mas com a informática poderemos agilizar os instrumentos de consulta populares, como referendos", explica ele.

Outra questão que a Constituinte precisa dissecar, diz o ministro, é a chamada "privacidade" — ou o poder do Estado de utilizar as informações dos cidadãos, arquivadas nos computadores, para exercer um maior controle sobre a sociedade.

"Se não estivermos atentos a esta revolução tecnológica, a nova Constituição envelhecerá logo. Precisamos de uma Carta que esteja preparada para a democracia que se utiliza da microeletrônica", argumenta Maciel. "Evoluir é um processo muito mais profundo e duradouro que revolucionar", conclui.